

A PRIMAZIA PELA ACOMODAÇÃO DA ECONOMIA BRASILEIRA

THE PRIMACY OF ACCOMMODATION IN THE BRAZILIAN ECONOMY

Marcelo Jose Moreira

 <https://orcid.org/0000-0002-5435-8601>

 <http://lattes.cnpq.br/2042444951213582>

Doutor em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento¹

Professor no ICSA-UEG e Pesquisador Colaborador no Centro de Estudos sobre África e Desenvolvimento/ISEG-ULisboa

Doutor em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento (IE-UFRJ). Mestre em Desenvolvimento Econômico (IE-UFU). Bacharel em Ciências Econômicas (UFRRJ). Professor na Universidade Estadual de Goiás/UEG. Coordenador do Núcleo de Estudos e Pesquisas Econômicas/NEPE. Pesquisador Colaborador no Centro de Estudos sobre África e Desenvolvimento/CEsA do Instituto de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa

Resumo²

A economia-mundo capitalista está imersa em uma inércia generalizada. Um movimento de lenta acumulação, baixo investimento, limitadas taxas de crescimento, mas com elevado nível de lucro, e que se dá por uma intensa pressão sobre os níveis das desigualdades existentes, combinando reestruturação mundial da geração de riqueza e renda a um padrão de reprodução da força de trabalho ao nível de sua limitada manutenção. Inércia que se verifica, sobretudo, a partir da crise financeiro-produtiva da primeira década dos anos de 2000. O Brasil não está alheio a essa inércia e aos seus desdobramentos. Este artigo pretende, a partir de uma reflexão conceitual, discutir os elementos que caracterizam o que denomino de estrutura da acomodação da economia brasileira.

Classificação JEL: O10, O54, P16

Palavras-chave: desenvolvimento, economia brasileira, acomodação.

Abstract

The capitalist world-economy is immersed in a generalized inertia. A movement of slow accumulation, low investment, limited growth rates, but with a high level of profit, and which takes place through intense pressure on existing levels of inequality, combining a global restructuring of wealth and income generation with a reproduction of the workforce in terms of

¹ Doutor em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento, Professor no ICSA-UEG e Pesquisador Colaborador no Centro de Estudos sobre África e Desenvolvimento/ISEG-ULisboa, marcelo.moreira@ueg.br.

² Uma primeira versão deste artigo foi publicada no 15º Colóquio Brasileiro em Economia Política dos Sistemas-Mundo: Pandemia e tendências seculares da economia-mundo capitalista.

its limited maintenance. Inertia that can be seen, mainly, from the productive-financial crisis of the first decade of the 2000s. Brazil is not oblivious to this inertia and its consequences. This article intends, from a conceptual reflection, to discuss the elements that characterize what I call the accommodation structure of the Brazilian economy.

JEL Codes: O10, O54, P16

Keywords: development, brazilian economy, accommodation.

Introdução³

Os conceitos estão ligados à lógica de seu tempo, ao contexto histórico em que foram criados e (ex)postos à verificação. Para identificarmos se o conceito dialoga com o tempo-presente, portanto, se permanece com relativa capacidade analítico-explicativa para além de seu tempo, devemos verificar se os elementos que o constituem permanecem com essa capacidade. Se seus elementos constitutivos perdem, ao longo do movimento do tempo-presente, capacidade de diálogo com o novo contexto, o conceito vai se cristalizando no tempo-passado (em seu tempo) e perdendo capacidade analítico-explicativa no tempo presente.

Ao contrário, se os elementos constitutivos do conceito permanecem como eixos dialogicamente entrelaçados e sustentam sua capacidade analítico-explicativa no tempo-presente, ele mesmo (o conceito) se expande em densidade relacional com os contextos (históricos entre tempos), se afirma e, em decorrência de seu relacionamento com o tempo-presente, se transforma. O paradoxo que se expressa é o da afirmação de algo que não é mais o que fora. Portanto, não é mais o mesmo conceito. É e não é, sendo.

Os elementos constitutivos do conceito dão condições à sua essência e, ao longo e ao cabo de sua formatação, acondicionam suas características. São, portanto, características atribuídas e adquiridas ao longo da trajetória de sua constituição enquanto conceito.

À medida que esses elementos, como características formativas do conceito se sustentam, portanto, se afirmam entre tempos (momentos históricos diferentes), o próprio tempo é passível de avaliação. Trata-se de um tempo próprio ao conceito e não de um tempo que atribui ao conceito capacidade analítico-explicativa ou não. Transfere-se ao conceito a

³ Parte desta Introdução está em Moreira (2020).

capacidade de atribuir ao momento histórico a condição de ser um momento próprio para si mesmo.

Conquista, ele mesmo (o conceito), capacidade analítico-explicativa densa não só por se relacionar com o tempo presente (que é outro), mas porque as condições estruturais que demarcaram sua existência no tempo passado não se alteraram em essência, nesse tempo presente. É, por assim dizer, um conceito reafirmado no tempo-essência de sua constituição. É o conceito original, pensado e materializado no tempo-passado, com características de seu tempo e correlacionadas com a dinâmica do tempo-presente, que apresenta em sua essência os condicionantes de sua criação e materialização.

A identificação de que o processo de desenvolvimento capitalista é gerador de desigualdades combinadas (entre povos, países e regiões de países), transformando-as em elemento necessário e estrutural da economia global (SANTOS, 2011), e de que essa característica se expressa (se afirma) em diferentes períodos nos últimos três séculos (MYRDAL, 1972; ARRIGHI, 1997; FIORI, 2000; CHANG, 2003; PIKETTY, 2014), contribui para o afirmado acima: o conceito se mantém correlacionado ao seu tempo-essência - às movimentações que se estabelecem entre os ciclos de expansão e de interação entre os capitais real e financeiro e entre estes e sua extrapolação especulativa parasitária -, e não ao seu tempo cronológico - que expressa os ciclos econômicos de reorganização conjuntural, como fenômeno recorrente do modo de produção hegemônico como fusão das contradições que se avolumam ao longo do processo de reprodução.

O tempo-essência de uma relação estrutural entre o grau de acumulação alcançado, o grau de sofisticação das técnicas produtivas e o nível de diversificação dos padrões de consumo dos indivíduos e da coletividade: o tempo da civilização industrial (FURTADO, 1978).

Os conceitos de subdesenvolvimento e de dependência, criados em um determinado momento histórico como esforço teórico capaz de se constituir como um aparato analítico-explicativo próprio aos países que se verificaram como resultantes do processo de desenvolvimento desigual, concentrador de riqueza e de exploração do trabalho (elementos característicos e sustentáculos da expansão das relações sociais capitalistas), se põem em frente a um novo momento histórico desse desenvolvimento, mas imersos em uma mesma lógica de funcionamento.

São conceitos pensados e materializados em um tempo-passado, em um momento da lógica de acumulação de capital diversa da atual, em termos de sua aparência constitutiva, mas que carregam características atribuídas e adquiridas pelo tempo do desenvolvimento das relações sociais capitalistas. Para tanto, vale frisar o conceito de subdesenvolvimento,

como uma criação do desenvolvimento, isto é, como consequência do impacto, em grande número de sociedades, de processos técnicos e de formas de divisão do trabalho irradiados do pequeno número de sociedades que se haviam inserido na revolução industrial em sua fase inicial, ou seja, até fins do século XX. (FURTADO, 2003, p. 88).

Portanto, “(...) uma formação capitalista e não simplesmente histórica” (OLIVEIRA, 2003, p. 33).

O conceito de dependência se constitui em “uma situação na qual a economia de certos países é condicionada pelo desenvolvimento e pela expansão de outra economia a qual está subordinada” (SANTOS, 2011, p. 5). Assim, a dependência é

entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. (MARINI, 2000, p. 109).

Como decorrência, o desenvolvimento capitalista sistêmico se verifica como

[o] conjunto de transformações nas estruturas sociais e nas formas de comportamento que acompanham a acumulação no sistema de produção. Descreve-se assim, processo cultural e histórico cuja dinâmica se apoia na inovação técnica (...), posta a serviço de um sistema de dominação social. (FURTADO, 1978, p.57).

Em síntese e imbricados, subdesenvolvimento e dependência se referem à “acumulação subordinada à lógica de um sistema de incentivos materiais” (FURTADO, 1978, p. 64), apresentam os problemas de ordem econômica, política e social que daí derivam e fazem referência “ao processo de difusão da civilização industrial no quadro da dependência externa (...) o acesso indireto à civilização industrial – ponto de partida das relações de dependência – reflete-se de forma significativa no conteúdo do processo acumulativo (...)” (FURTADO, 1978, p. 64).

À noção de subdesenvolvimento, constituída pela tradição latino-americana exposta nos parágrafos anteriores, a considero: primeiro como propriedade do objeto, ou seja, como categoria. Ao entendê-la como categoria, o subdesenvolvimento-dependente torna-se uma característica do todo observável: o desenvolvimento capitalista, em termos de uma divisão

internacional do trabalho, com potencialidade de expressar o fundamento de seu funcionamento e a capacidade para delinear sua trajetória como movimento real-concreto; ao tempo que o torna característica fundamental (e ela em si) própria de uma parte: o desenvolvimento capitalista brasileiro. Segundo, como constructo das relações sociais vigentes, decorrente de sua capacidade analítica, como conceito contundente e não destoado de capacidade explicativa. Portanto, uma categoria-conceito.

Assim, conquista aqui, o conceito de subdesenvolvimento-dependente, capacidade analítico-explicativa densa não só por se relacionar com o tempo-presente (que é outro ao de sua constituição), mas porque as condições estruturais que demarcaram sua existência no tempo-passado não se alteraram em substância (neste tempo-presente). Foi constituído e se faz pertencente “da base de subordinação da força física e da capacidade intelectual, criativa, à lógica da acumulação de riqueza.” (FURTADO, 1978, p. 113).

O esforço que se segue é o de inserir no exercício exploratório mencionado acima, uma proposta conceitual que, ainda que inicial e imersa em uma reflexão de caráter eminentemente analítico, sugere uma forma de abstrair como o subdesenvolvimento-dependente brasileiro se estrutura no tempo-presente: uma análise em perspectiva acomodacionista⁴.

1. Desdobramentos em elementos teóricos e de contextualização espaço-temporal recente

Nesta perspectiva, as características próprias às economias subdesenvolvidas-dependentes, a saber: **1.** heterogeneidade estrutural, concentração de renda e de riqueza (PREBISCH, 1949; PINTO, 1970; KALECKI, 1971; FURTADO, 1991, 2003); **2.** dependência externa tecnológica, financeira, econômica e política (PREBISCH 1949; FURTADO, 2003; SANTOS, 2011; MARINI, 2012; OSÓRIO, 2012); e, **3.** baixa capacidade de absorção, oferta ilimitada de mão-de-obra e transferência de valor (KALECKI, 1971; AMARAL; CARCANHOLO, 2012) - como elementos fundamentais para fazer saltar aos olhos a superexploração da força de trabalho (MARINI, 2000) -; tornam-se propriedades acentuadas e dinamizadas pelas condições postas pelo processo de acumulação global vigente.

⁴ A proposição desta análise surge no estágio pós-doutoral que realizei no Centro de Estudos sobre África e Desenvolvimento do ISEG-ULisboa.

Assim, "o subdesenvolvimento viria a ser a forma da exceção permanente do sistema capitalista na sua periferia" (OLIVEIRA, 2003, p.131).

Esta “forma de exceção permanente” garante (e afirma): a- a inevitabilidade da expansão do capital para a sua reprodução em escala interplanetária; e, b- a “compressão espaço-tempo” (HARVEY, 2005), que hoje se intensifica, por meio de mecanismos tecnológico-informacionais que possibilitam a aceleração do tempo de rotação do capital, reduzindo o tempo dos fluxos de “suprimentos” e de investimentos, em suas respectivas redes/cadeias globais.

Para além, o avanço das múltiplas formas de acumulação financeira – via financialização mundial –, desencadeando uma autonomia relativa e um (aparente) descolamento do capital financeiro do produtivo, indicava que o capital fictício tornaria o processo de acumulação estreitamente dependente de sua *performance*, intensificando o processo de exploração do trabalho nas economias dependentes (COSTA, 2012; MÉSZÁROS, 2009)⁵. O ambiente de recorrentes crises com baixo crescimento das economias, que envolvia países subdesenvolvidos e desenvolvidos ao longo dos últimos 20 anos do século XX, e dos primeiros dez anos do atual, demonstrava que os mecanismos de acumulação apontavam para uma crise sistêmica e estrutural (MÉSZÁROS, 2009; COSTA, 2012).

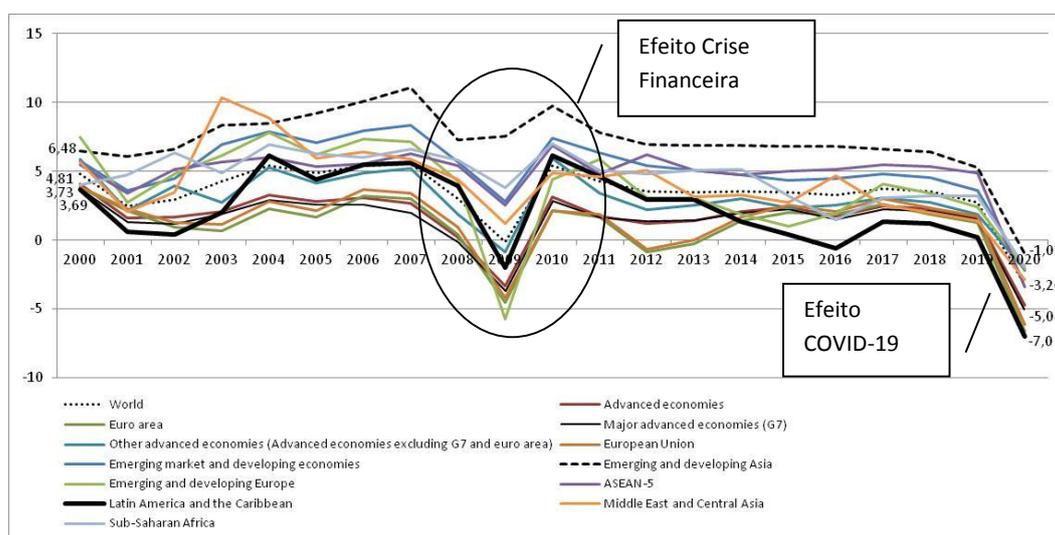
Neste processo, o choque do novo coronavírus, *no geral*, expôs uma crise sanitária-econômica-civilizatória, tornando explícita a falência da falácia do processo globalizante como ideologia e como processo civilizatório, firmado nas estruturas de produção e consumo voláteis e de financialização mundializada do capital (CHESNAIS, 2005), sob os desígnios do domínio do capital especulativo parasitário sobre o capital substantivo (CARCANHOLO; NAKATANI, 2015): um sistema de engrenagens baseado na efemeridade da própria acumulação e que se estrutura em processo de reprodução de vida material de mesma condição. A pandemia da COVID-19 veio a acentuar os limites que estavam postos à dinâmica da acumulação centrada nas finanças globais, mantendo as condições de geração e multiplicação da riqueza virtual,

⁵ Estes capitais buscavam condições de acumulação por meio da aquisição/controlar de estatais e de mecanismos de aproximação aos governos dos Estados Latino-Americanos. Estava em curso uma reordenação dos aspectos recorrentes aos mecanismos de controle e de tomadas de decisões entre capitais, *mister* em situações de reorganização do processo de acumulação.

especulativa parasitária⁶ e tornando intensamente recrudescidas as condições socioeconômicas das populações pobres, que possuíam trabalho ou não.

Dois elementos colaboram para tal afirmação: o primeiro, a incapacidade dinâmica de as economias globais conseguirem recuperar seus desempenhos, em termos de PIB e de taxas de investimento, aos níveis de antes da crise financeira de 2008 (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Variação do PIB (a preços constantes) em regiões selecionadas – 2000 a 2020 – evolução em %



Fonte: Fundo Monetário Internacional/FMI – *World Economic Outlook/WEO* (Abril, 2021)
Elaboração do autor.

⁶ Relatório da Oxfam (2021), mostra que os mil maiores bilionários levaram 9 meses, em 2000, para ver suas fortunas recuperadas aos níveis pré-pandemia. Aponta ainda, que a recuperação dos mais pobres pode levar mais do que uma década.

A economia mundial, que apresentava taxa de crescimento do PIB de 4,81% em 2000, às vésperas da crise dos anos de 2008, portanto em 2007, mostrava sinais de desgaste: uma variação do PIB de 3,01%. A recuperação em 2010 (5,47%) era o prenúncio de um amortecimento generalizado e que permaneceria, por toda a segunda década do século XXI, a níveis abaixo, em média, do período pré-crisis. Como que em um movimento de anúncio ao que viria para o ano de 2020, a variação do PIB global em 2019 se firmou em 2,76%. Nível bem abaixo da média da segunda década. As perdas do dinamismo da economia mundial, recentes, parecem apresentar algo em comum: prenunciam crises de caráter estrutural. A primeira, em 2007, anunciou “as contradições violentas que se acumularam no interior do sistema capitalista desde a década de 1970 e se aprofundaram com as políticas monetaristas nas décadas de 1980 e 1990” (COSTA, 2012, p. 129).

A segunda, em 2019, anuncia os efeitos do avanço da civilização industrial com sua dinâmica ofensiva de reprodução da vida material forjada em explorar, à exaustão, os recursos naturais, na forma de uma crise cuja letalidade é muito significativa e muito rápida, mobiliza os poderes políticos, requer medidas de curto prazo que minimizem os efeitos dessa crise em prazo mais longo, que resolvam (ou remediem) suas consequências, mas não afetam as suas causas (SANTOS, 2020). Pois,

(...) enquanto a crise da pandemia pode ser de algum modo revertida ou controlada, a crise ecológica já é irreversível e agora há apenas que procurar mitigá-la. Mas mais grave ainda é o facto de as duas crises estarem ligadas. A pandemia do coronavírus é uma manifestação entre muitas do modelo de sociedade que se começou a impor globalmente a partir do século XVII e que está hoje a chegar à sua etapa final. É este o modelo que está hoje a conduzir a humanidade a uma situação de catástrofe ecológica. (SANTOS, 2020, p. 23)

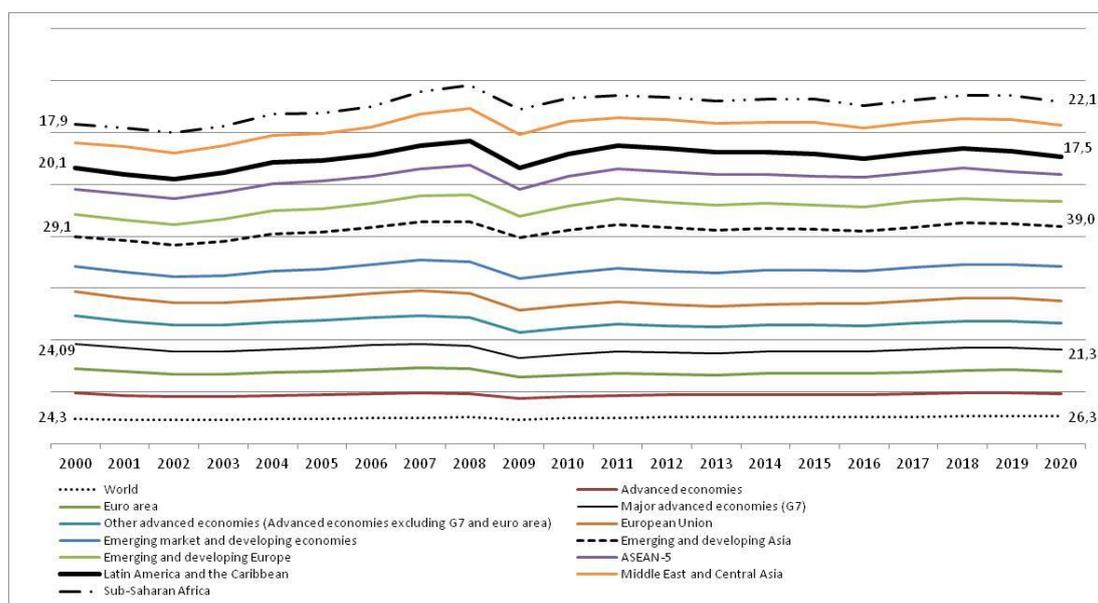
A inércia da reprodução global pós-crise do ano de 2008, entretanto, mostra uma das características da economia-mundo: a constituição de um sistema hierarquizado e distribuído em subsistemas com funcionalidades distintas que contornam uma estrutura sistêmica e integrada e que expressam os movimentos das interações entre nações que constituem as estruturas hegemônicas, mas que não altera *significativamente* (mas que, como nos lembra Campolina (2018), se desenha no argumento de Arrighi (2008), de que o centro hegemônico da economia global estaria se deslocando para o Oriente), a realização de investimentos produtivos neste complexo sistema intensamente integrado e especializado espacialmente que, sob o choque do novo coronavírus, expressou as contradições dessa espacialização especializada, quando do aumento da procura por mercadorias hospitalares especializadas, como os insumos

básicos, quanto para as com produção de maior complexidade técnico-científica, como as vacinas, por exemplo.

O Gráfico 2 mostra que o nível de investimentos (como participação do PIB), em escala global, não se altera significativamente. Entretanto, observa-se uma perda capacidade de realização de investimentos na América Latina (que coincide com a acomodação da estrutura da economia brasileira, a partir dos anos de 2014/2015) e no grupo das economias que compõe o G7. Ao contrário, observa-se uma dinâmica de aumento da participação dos investimentos nas economias da Ásia e da África Subsaariana, expressando as aproximações destas estruturas de reprodução econômico-político-institucionais. De fato,

A África se transformou, nos últimos anos, em uma nova fronteira cobiçada pelas potências emergentes, como a China, ávida por alimentos e matérias-primas. O volume de investimentos estrangeiros que vêm sendo feitos no continente e as novas institucionalidades surgidas após os movimentos de independência e os processos de descolonização indicam que o continente africano terá nova posição no cenário econômico e político mundial. (CAMPOLINA, 2018, p. 252)

Gráfico 2 - Variação do Investimento em regiões selecionadas – em % do PIB



Fonte: Fundo Monetário Internacional/FMI – *World Economic Outlook/WEO* (Abril, 2021)

Elaboração do autor.

De fato, em que pese a ascensão da China, que “aumentou sua participação de 4% para 8% no PIB e de 4% para 11% nas exportações, e a Índia, que passou de 1,5% a 2,5% e de 0,8% a 2,0% nos mesmos indicadores” (CAMPOLINA, 2018, p. 251), a “tríade” Estados Unidos, União Europeia e Ásia permanece (desloca-se o Japão, acrescenta-se a China). Ainda que tenha ocorrido perda de posição relativa destes centros:

Em 1970, o capitalismo central, representado por Estados Unidos, União Europeia e Japão, com apenas 11% da área e 13% da população mundiais, respondia por 70% e 55% das exportações globais. Entre 2000 e 2011 essas participações caíram, respectivamente, para 65% e 45%. (CAMPOLINA, 2018, p. 250)

O segundo elemento, são os alertas do Fundo Monetário Internacional, a respeito de uma possível nova crise de ordem global, ao mostrar as principais vulnerabilidades do Sistema Financeiro Global: elevação do endividamento empresarial; aumento da parcela de ativos mais arriscados e ilíquidos nas carteiras de investidores institucionais; e, maior dependência de captações externas em economias de mercado emergente e de fronteira. (FMI, 2019)

Ainda,

(...) as vulnerabilidades do setor empresarial já estão elevadas em várias economias de importância sistêmica como resultado do aumento do endividamento e da redução da capacidade de servir as dívidas. Em um cenário de desaceleração econômica substancial, que se compara à metade da gravidade da crise financeira global, a dívida empresarial em risco (valores devidos por empresas sem receitas suficientes para pagar as suas despesas de juros) poderia subir para US\$ 19 trilhões – ou quase 40% da dívida corporativa total das maiores economias e acima dos níveis da crise. (FMI, 2019)

Tal cenário, que se configurou na esteira dos efeitos da crise financeira de 2008, e às vésperas da pandemia por COVID-19, mostrava que realmente o impacto da crise no final da primeira década do século XXI, era “apenas o início da crise sistêmica global” (COSTA, 2012, p. 129) e que, ao ser relacionado com o Brasil, tenderia a agravar as características de seu subdesenvolvimento-dependente e, a expor, neste particular, uma capacidade intencional das forças políticas e econômicas locais em lidar com situações adversas - que tensionadas pelo potencial esgarçamento do tecido social e desintegração institucional nacional, somado ao caos sistêmico ordenado em/por elementos ainda a serem identificados em substância, movimento e reação, em conjunto-, seguem revestidos, no específico, pelo choque do novo coronavírus; e, no geral, pelas re-acomodações das estruturas político-econômicas hegemônicas.

2. A primazia pela acomodação da economia brasileira

A dinâmica econômica brasileira de desenvolvimento concentrador de renda e de riqueza se viu revestida: 1. por uma trajetória de atividades industriais, sem se configurar um processo de industrialização propriamente dito (como afirmava, para a América Latina, Marini (2000)), que se desindustrializam (precocemente (RICUPERO, 2007), nocivamente (CANO, 2014) ou prematuramente (BRESSER-PEREIRA; NASSIF; FEIJÓ, 2016)) de forma insistente desde os anos de 1980; 2. por um avanço contínuo das atividades agroecônômicas

(metamorfoseando o capital ali gerado e tornando complexa a própria noção de atividades agrícolas), em um processo de primarização da pauta exportadora que se expande e se afirma como uma espécie de modo perpétuo; e, 3. por um mercado de trabalho estruturado à precarização das condições e relações de trabalho e à reprodução de desigualdades.

Tais elementos, constituídos (em) e constitutivos (de) um processo de dependência externa estrutural, funcional para o desenvolvimento das forças produtivas internas com a intensificação de sua relação de dependência com a economia mundial, se dá em uma franca relação de interdependência, pois o que se verifica é

(...) uma rede intensamente complexa e contraditória de ‘dependências recíprocas’ em escala global, com problemas e demandas multiplicadores e intensificadores em cada área em particular, que atualmente estão muito além do controle de qualquer ‘centro’ singular, não importa quão poderoso e avançado seja. (MÉSZÁROS, 2009, p. 87).

Imerso nesta “rede intensamente complexa e contraditória de ‘dependências recíprocas’ em escala global”, esse revestimento estrutural brasileiro expressa: 1. a intencionalidade da dependência externa para a dinâmica de acumulação interna, integrando-a e tornando as atividades econômicas interdependentes, de tal forma que se torna extremamente limitada qualquer alteração significativa da cadeia produtiva, pois ela está firmada numa dependência historicamente constituída e intencionalmente mantida, nos termos de uma economia sistêmica intensamente integrada e especializada espacialmente que, sob o choque do novo coronavírus, sente as contradições dessa espacialização especializada; e, 2. portanto, a imersão da economia brasileira em um tipo de mecanismo-resposta interno que delinea uma trajetória de avanços (ou recuos) político-institucionais, como que em um movimento pendular, não alterando de forma significativa o processo de reprodução material concentrador e gerador de desigualdades sociais.

Este mecanismo-resposta descreve a dependência brasileira no processo de reprodução sistêmica e se apresenta como o *modus operandi* da economia nacional: se firma como um processo histórico que, na aparência, vincula-se a períodos de crescimento, depressão ou recessão, como ajustamentos de crises cíclicas internas. Como fundamento, expõe os tensionamentos externos que se impõem como contradições acumuladas da reprodução sistêmica e se firma como uma resposta - a partir de tensionamentos internos econômicos, políticos e institucionais -, criada para acomodar tais contradições que, ao extrapolarem as crises cíclicas, se constituem (constituíram) em uma crise sistêmica e estrutural.

Esse movimento, aparentemente, de configuração doméstica (e o é, ainda que não seja *per se*), se fundamenta como uma primazia pela acomodação ao complexo movimento do sistema-mundo capitalista, nos moldes da mundialização produtivo-financeira, dando contornos à sua resposta à estrutura acumulativa sistêmica ao criar uma estrutura de acomodação própria e reflexiva aos desdobramentos do movimento da economia-mundo. Com efeito, “(...) o que se desenvolve não são os países. O que se desenvolve é somente a economia-mundo capitalista (...)” (WALLERSTEIN, 2000, p. 223)

Decisões internas, de ordem política, econômica e institucional, se enraízam em uma primazia pela acomodação frente às imprevisíveis possibilidades que se abrem ao serem realizados movimentos destoantes do padrão adquirido ao longo de sua trajetória no desenvolvimento capitalista mundial. A estrutura interna se firma em um acúmulo de respostas aos estímulos externos e, numa relação de contraposições e tensionamentos internos, também se firma em uma relativa autonomia na condução de seus reais problemas socioeconômicos e de construção de correlações de forças com intencionalidades diversas, caracterizando uma dependência subordinada.

Denominei este mecanismo-resposta de acomodatismo (MOREIRA, 2018), em observação às obras de Aristóteles⁷ e de Feyerabend (2011),

Ora, como nos seria possível examinar algo que estamos utilizando o tempo todo? Como poderemos analisar, para revelar seus pressupostos, os termos em que habitualmente expressamos nossas observações mais simples e diretas? (...) Necessitamos de um padrão externo de crítica, necessitamos de um conjunto de pressupostos alternativos (...) Temos de inventar um novo sistema conceitual que suspenda os resultados de observação mais cuidadosamente estabelecidos ou entre em conflito com eles, conteste os princípios teóricos mais plausíveis e introduza percepções que não possam fazer parte do mundo perceptual existente. (FEYERABEND, 2011, p. 46)

Trata-se de um movimento de interação-adaptativa entre a capacidade reprodutivo-acumulativa da economia brasileira e os incitamentos da dinâmica capitalista sistêmica, que suscitam manifestações de ordem político-econômica-institucionais internas (intensas ou não),

⁷ “Diz-se que uma coisa é ‘imóvel’ (akíneton), a) quando é inteiramente impossível de ser movido (como o som, que é invisível); b) quando é movido com dificuldade depois de um longo tempo ou seu movimento começa devagar, caso em que dizemos que é difícil mover-se; c) quando para a natureza é feita para ser movida e pode ser, mas não está em movimento quando, onde e como deveria ser naturalmente; apenas este último tipo de imobilidade eu chamo de ‘estar em repouso’ (êremeîn), uma vez que o ‘Repouso’ (êremía) é o oposto de movimento e, portanto, a privação de movimento naquilo que pode receber movimento.” (ARISTÓTELES, s/d, p. 178-179). A aproximação com o que chamo de acomodatismo (ou a dialética da primazia pela acomodação da economia brasileira) é o que está exposto na letra “c”.

mas que não altera, substancialmente, sua correlação de forças com nações partícipes da “dependência recíproca” da qual faz parte. Portanto, não intenciona superar as condições histórico-estruturais, que a condiciona como um sistema reprodutivo-acumulativo⁸, revestida pelos elementos mencionados no início desta seção. Ao contrário, intenciona a se manter como tal e a se fazer valer dos resultados de sua subordinação consentida na dinâmica capitalista global.

Essa condição de revestimento pelos elementos que caracterizam a economia brasileira em seu espaço-tempo de acumulação no tempo-essência do desenvolvimento capitalista mundial cria uma estrutura de acomodação que atinge, direta e principalmente, as condições de reprodução material da população brasileira.

A estrutura da acomodação da economia brasileira (Figura 1) expressa uma primazia pela acomodação, por parte de correlações de forças políticas e econômicas internas, em um processo contraditório de contrarresposta e de adaptação que enseja o acirramento das (e a criação de) limitações estruturais aos movimentos do ciclo econômico interno e de sua capacidade de se reproduzir com alguma capacidade interna de dinamismo e controle por meio de instrumentos de política econômica, por exemplo, próprios, tensionando e recrudescendo a própria reprodução da força de trabalho.

⁸ Por sistema reprodutivo-acumulativo se entende o espaço-tempo de acumulação do capital em reprodução ampliada, baseado nos fluxos de capitais e de mercadorias. No caso, a interrelação entre a economia brasileira e a economia-mundo.

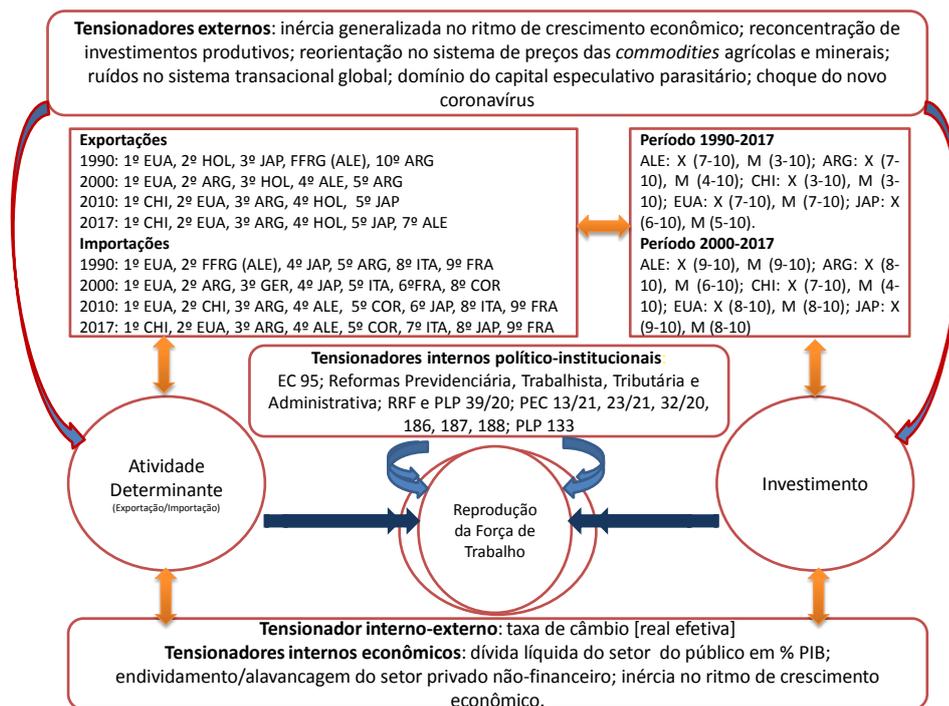


Figura 1 – A Estrutura da Acomodação Brasileira

Observação 1: As informações sobre Exportações e Importações são do sistema *Comtrade-UN/Top-10 exports and imports of goods*: <https://comtrade.un.org/>. As siglas referem-se: USA – United States of America, NET – Netherlands, FFRG – Frn. Federation Republic of Germany, GER – Germany, ARG – Argentina, CHI – China, ITA – Italy, FRA – France, KOR - Republic of Korea. Ainda, X – Exportações, M – Importações.

Observação 2: Os números entre parênteses significam a quantidade de mercadorias que permanece na pauta em relação às 10 mercadorias mais transacionadas no período citado. Assim, o caso da China significa que, enquanto no período 1990-2017, 3 das 10 mercadorias importadas permaneceram na pauta de Importações (M); no período 2010-2017, 8 em 10 permaneceram. O mesmo ocorreu com a pauta de exportações. Isso indica que, nos últimos 7 anos, a chegada impetuosa da China ao grupo dos principais parceiros de transações externas de bens, se reflete no aumento do grau de dependência recíproca entre os dois países. *Observação 3:* Em 2017, a pauta de importações dos USA difere em apenas um item em relação à de 1990.

Elaboração própria.

Esta estrutura de acomodação, baseada em uma dinâmica interna de transferência de valor para fora, necessita, a todo tempo, de mecanismos institucionais que submetam a sua principal fonte geradora de valor às situações de pressão e de perdas de condições materiais e intelectuais de realização de sua capacidade produtiva (os tensionadores internos político-institucionais mencionados na Figura 1). Daí a compressão da esfera “Reprodução da Força de Trabalho” (tornando-a mais estreita, conforme ilustrado na Figura 1).

Quanto mais tensionadas as esferas “Atividade Determinante (Exportações e Importações)” e “Investimento”, pelos tensionadores externos, caracterizados pelas recomposições dos capitais, acirramentos de disputas imperialistas e reordamentos institucionais globais e, ainda, pontuados pelas crises ecológica e sanitária-econômica-

civilizatória, mais se intensificam os tensionadores internos mencionados na Figura 1. Exemplo: formados a partir dos dados do sistema *Comtrade-UN*, observando o grupo das 10 mercadorias mais transacionadas no comércio exterior, os quadriláteros centrais mostram que as pautas de exportação e de importação, bem como os parceiros comerciais da economia brasileira, são recorrentes há quase 3 décadas. A quantidade de mercadorias que permanece em ambas as pautas (discriminadas entre parênteses), ao longo dos períodos ali mencionados, mostra uma estrutura de dependência que, por hipótese, condiciona o tipo (e a forma) de investimentos e a reprodução da força de trabalho à sua maneira. Os dados referentes às exportações e importações com os EUA mostram que, para além de sua inegável [ativa] *dependência recíproca* com o Brasil, 7 das 10 mercadorias exportadas e importadas permaneceram na pauta, no período de 1990 a 2017. Com a China não é diferente. Sua importância para as transações comerciais com o Brasil se dá de maneira acelerada e intensa: firma-se como principal parceira transacional a partir dos anos de 2010, principalmente, no que se refere às exportações dos complexos de soja e minérios. Mas, em relação à pauta das importações, no período de 2010-2017, das 10 mercadorias mais importadas, 8 eram as mesmas.

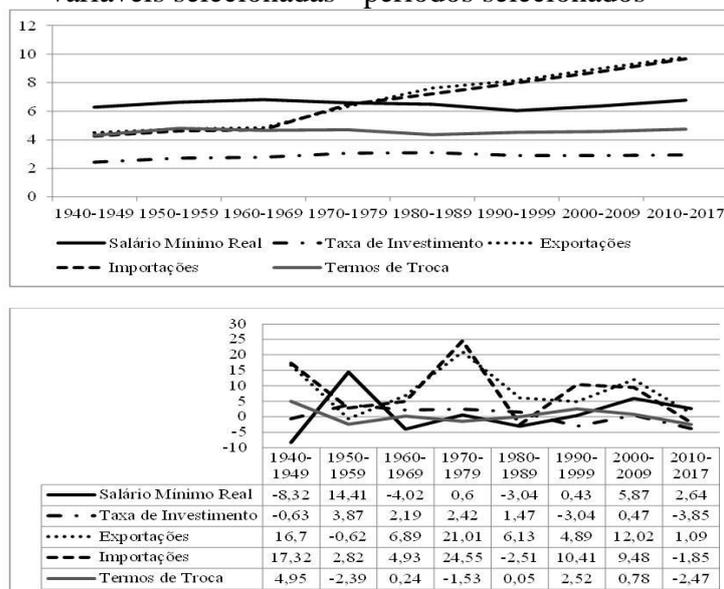
Ou seja, os tensionadores externos se firmam diretamente na Atividade Determinante (Exportações e Importações) e nos Investimentos; indiretamente se constituem nos tensionadores interno-externo⁹ e internos econômicos, que, por dentro, pressionam estas duas esferas que, para manter o movimento contraditório e denso de acomodação das tensões em seu conjunto, forcem a criação dos tensionadores político-institucionais, como elementos de sustentação às alterações necessárias para a manutenção desta estrutura no processo de ajustamento dinâmico sistêmico. Como desdobramento, o recrudescimento das condições socioeconômicas, culturais/intelectuais e políticas das trabalhadoras e dos trabalhadores brasileiros (e os a porvir).

Estes elementos estão postos no tempo-essência do subdesenvolvimento-dependente brasileiro e se movimentam, à medida que a conjuntura do ciclo econômico global se movimenta, porém, sem alterar as características centrais: a dinâmica de uma economia agroexportadora com intensos avanços científicos e tecnológicos que aumentam sua

⁹ O tensionador interno-externo se refere aos elementos específicos da política cambial e monetária no Brasil, que remetem à estrutura de formação dos preços internos. Exemplo recente é a inflação dos alimentos e dos combustíveis, ambos pressionados pelas recorrentes variações do dólar, em grande medida, e pela alta procura externa, no caso dos alimentos. Obtusamente, recentemente, o Banco Central do Brasil iniciou uma escalada de alta das taxas de juros, buscando conter uma alta de preços que se vê ajustada por elementos externos à economia nacional, portanto, aos que se constituem como tensionadores externos.

produtividade e capacidade de interação com os mercados financeiros e de capitais¹⁰, uma limitada capacidade de aumentar a taxa de investimento em relação ao PIB e uma pressão para níveis salariais que limitam a reprodução da força de trabalho ao nível de subsistência. O Gráfico 3 mostra o processo de acomodação da economia brasileira sob esta perspectiva.

Gráfico 3 - Brasil – Trajetória de variáveis selecionadas e Taxas de crescimento anual de variáveis selecionadas - períodos selecionados



Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada/IPEA – ipeadata.gov.br.

Observações: (a) Os dados foram suavizados; (b) Salário Mínimo Real (em R\$) - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA); (c) Taxa de Investimento - Sistema de Contas Nacionais Consolidadas. Referência 2010 estão em conformidade com o novo manual System of National Accounts (SNA) de 2008, da Organização das Nações Unidas (ONU), que inclui, entre outras mudanças metodológicas, a nova classificação de produtos e atividades integrada com a Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE 2.0. Para 2010-2013: resultados preliminares estimados a partir das Contas Nacionais Trimestrais Referência 2000. Fontes: Para 1990-1994, Sistema de Contas Nacionais Referência 1985. Para 1947-1989, Sistema de Contas Nacionais Consolidadas; (d) Exportações - (FOB) (Antiga metod. - BPM5) - US\$ (milhões) - Banco Central do Brasil, Balanço de Pagamentos (BPM5) (BCB / BP (BPM5)) - BPN12_XTV12 e Balança comercial - Exportações (Nova metod. - BPM6) - US\$ (milhões) - Banco Central do Brasil, Balanço de Pagamentos (BPM6) (BCB / BP (BPM6)) - BPAG_BCX – Metodologia do Manual de Balanço de Pagamentos e Posição Internacional de Investimento do FMI; (e) Importações - (FOB) (Antiga metod. - BPM5) - US\$ (milhões) - Banco Central do Brasil, Balanço de Pagamentos (BPM5) (BCB / BP (BPM5)) - BPN_MTV - Até dezembro de 1958, dados da Revista Conjuntura Econômica, da FGV, ajustados pelo Ipeadata à série anual do Banco Central, com base no método de Denton. Metodologia do Manual do Balanço de Pagamentos do FMI (5ª ed., 1993). Balança comercial - Importações (Nova metod. - BPM6) - US\$ (milhões) - Banco Central do Brasil, Balanço de Pagamentos (BPM6) (BCB / BP (BPM6)) - BPAG_BCM - Metodologia do Manual de Balanço de Pagamentos e Posição Internacional de Investimento do FMI; (f) Termos de troca - índice (média 2006 = 100) - Fundação Centro de Estudos

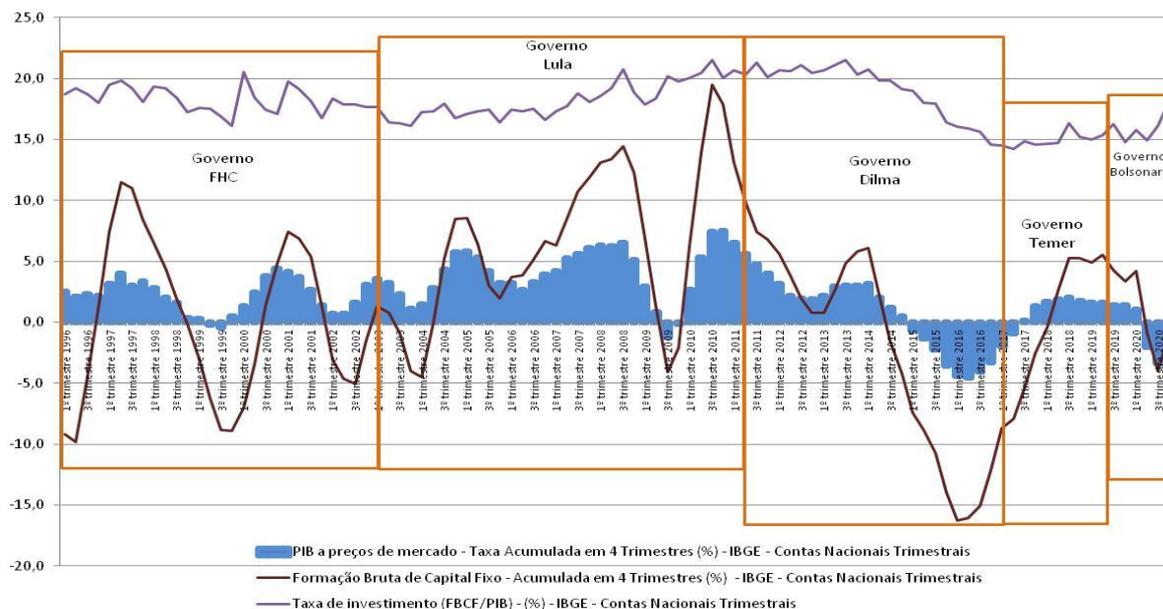
¹⁰ Estudo realizado (em 2018) pela FIAN *International*, Rede Social de Justiça e Direitos Humanos e Comissão Pastoral da Terra (CPT), mostrou que a apropriação e a especulação de terras na região do MATOPIBA (acrônimo usado para denominar uma região que ocupa partes dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia), continuaram mesmo após o *boom das commodities* e da queda dos preços entre os anos 2007 e 2008. O aumento dos preços das terras estimulou a apropriação e expropriação de camponeses, a destruição do Cerrado e, sendo mais lucrativa do que a própria produção agropecuária, houve a aproximação e o envolvimento com fundos de pensão internacionais. Exemplo é o TIAA (Associação de Seguros e Pensões de Professores), um fundo de pensão que administra contas de 5 milhões de professores e profissionais de serviços sociais dos Estados Unidos; 43% de suas terras estão no Brasil: 36% delas no MATOPIBA e 45% em São Paulo, com propriedades agrícolas nos estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais.

do Comércio Exterior (Funcex) - FUNCEX_TTR. Até 1973, série encadeada e convertida para a base 2006 = 100. Fonte: Para 1879-1973, Estatísticas históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988. 2. ed. rev. e atual. do v. 3 de Séries estatísticas retrospectivas. Rio de Janeiro: IBGE, 1990. Dados originais do período 1901-1973 ajustados conforme Estatísticas do Século XX. Rio de Janeiro: IBGE, 2003. A partir de 1974, dados da Funcex. Elaboração do autor.

As acomodações conjunturais internas mantêm as condições adaptativas estruturais, como por exemplo, a trajetória da taxa de investimento observada no Gráfico 4. Esse movimento sugere que, ao tempo que existam alterações de ordem político-institucional, com consequentes interações de ordem econômica (como mostrado pelas variações do PIB e da Formação Bruta de Capital Fixo), há um movimento mais geral que possibilita com que as correlações de forças internas conduzam o processo adaptativo tensionando a estrutura de acomodação. As chamadas reformas estruturantes (Previdenciária e Trabalhista, implementadas) e a Emenda Constitucional 95¹¹, são elementos de tensão político-institucionais para a acomodação das [diversas] forças que compõem o cerne das relações internas com o ambiente externo e ressalta o mecanismo-resposta aqui apresentado.

Gráfico 4 – Brasil - Trajetória de variáveis selecionadas - 1996 a 2020

¹¹ Também conhecida como a “PEC da Morte”, a Emenda Constitucional 95/2016 instituiu o Novo Regime Fiscal, chamado de Teto dos Gastos Públicos. Neste Regime, com vigência por vinte anos a partir de 2017, as despesas primárias estão limitadas ao valor referente ao exercício imediatamente anterior, corrigido pela variação do IPCA-Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, tornando-se, por decorrência desta limitação, uma regra política, e não apenas fiscal, que visa reduzir as despesas públicas em relação ao PIB; bem como, uma regra econômica, ao não levar em consideração o crescimento econômico e da arrecadação, além do crescimento vegetativo da população brasileira (entretanto, tais regras não limitam o pagamento dos serviços da dívida pública). Ao envolver as despesas públicas com educação, saúde e assistência social, além dos necessários à manutenção da estrutura do Estado, limitar tais gastos aos realizados no exercício anterior, por um período longo de tempo, força um engessamento da capacidade estatal de realizar políticas públicas, inclusive de investimento. Assim, como uma espécie de ponta de iceberg, a EC 95 apresentou-se como um “abre alas” para as chamadas reformas estruturantes: trabalhista e previdenciária, realizadas; e administrativa e tributária, a conferir. Cria-se, desta maneira, uma tensão político-institucional à reprodução da força de trabalho pela limitação de o Estado Brasileiro em realizar as condições de reprodução pela via do equipamento estatal de manutenção desta força: educação, saúde, investimentos em equipamentos de segurança, infraestrutura, fortalecendo, por pressuposto, as políticas pró-mercado de desestatização e de atração de capitais financeiros. Torna-se a EC 95, um mecanismo institucional que submete a força de trabalho às situações de perdas das condições materiais e intelectuais de realização, inclusive, de sua capacidade produtiva, ajustando a Estrutura da Acomodação Brasileira em desfavor da classe trabalhadora.



Fonte: IBGE – Sistema de Contas Nacionais Trimestrais
Elaboração própria

A primazia pela acomodação da economia brasileira se expressa na desestruturação de sua capacidade estatal de se fazer valer de uma autonomia relativa e distribuir os esforços coletivos da reprodução dependente à manutenção desta primazia em seus níveis históricos de acomodação salarial (em níveis que não se descolam do salário mínimo), de capacidade de investimentos (com trajetória média de 18% a.a.) e de transações externas a partir da atividade determinante (que no caso das exportações, são mantidas pelos complexos de carne, soja e minérios, com parceiros e pautas permanentes). Ainda, a recente acomodação da economia brasileira se expressa pela perda relativa, não significativa, de sua capacidade produtiva, por uma deterioração de seu mercado de trabalho e por um desempenho melhor do volume das importações frente ao das exportações¹². Mantém-se o revestimento que cobre o subdesenvolvimento-dependente aprofundando os mecanismos da exploração (como nos lembra, Marini (2000)).

¹² Esta observação se deve aos resultados iniciais do projeto de pesquisa “Dialética do acomodatismo brasileiro: estudo do aprofundamento da subordinação e seus efeitos sobre o emprego da força de trabalho nas últimas três décadas”, inserido no Macroprojeto “Estruturas de Acomodação em Perspectiva Comparada: um estudo sobre as interações- adaptativas de países em tempos de reestruturação econômica sistêmica”, realizada na Universidade Estadual de Goiás. Nesta etapa da pesquisa, foi criado um indicador (o IA-Br) que visa sintetizar a capacidade de acomodação da economia brasileira aos estímulos/impactos de choques externos (e internos, como os tensionadores), a partir de determinadas dimensões, que expressam as Condições de Acomodação. São elas: 1. A dinâmica da atividade determinante (Dimensão Atividade Determinante); 2. A capacidade de investimento e sua relação com a atividade determinante (Dimensão Investimento); 3. A estrutura de reprodução da força de trabalho (Dimensão Trabalho). Essas dimensões compõem a Estrutura de Acomodação do país, conforme exposto na Figura 1.

As forças dominantes, conjunturais, mas tradicionais, partícipes deste processo de desestruturação da capacidade estatal mencionada, iniciaram-na a partir do golpe político-institucional e da Emenda Constitucional 95, ambas no ano de 2016, e se desdobram até o presente como tensionadores político-institucionais (alguns indicados na Figura 1).

Sinais dos tempos. O desdobramento recente se deu: *a.* com um governo ultraliberal que induz ao esgarçamento do revestimento estrutural, aqui ilustrado, como a dinâmica externa baseada em parceiros permanentes (com suas pautas permanentes) e investimento interno (por hipótese, acomodado nesta *dependência recíproca* externa) sobre a reprodução da força de trabalho; e, *b.* com o fato de que a possibilidade desta tensão ao mecanismo-resposta, aqui sugerido, expressar o atual presidente do Brasil como um obstáculo à forma como se darão as pressões sobre o tecido social, no qual tal estrutura se firma, e que possíveis soluções seu governo tende a apresentar para contê-las, e/ou minimizá-las, como pressuposto para não obstrução dos ganhos, dos grupos político-econômicos que centralizam o comando desta primazia pela acomodação, com tal dependência histórico-acomodatista.

O governo de Jair Bolsonaro se apresenta como um duplo risco: 1. por um lado, sob a ótica do capital (do Brasil e alhures), à estabilidade do processo de acumulação interna, firmada numa dependência historicamente constituída e intencionalmente mantida; e, 2. por outro lado, sob a ótica do trabalho, às trabalhadoras/aos trabalhadores em nível de sobrevivência material, em franco processo de recrudescimento de suas condições de vida cultural, intelectual, social, política e material. Ambos, postos sob o recorrente processo de reestruturação econômica sistêmica que se avizinha e que se move na esteira das tensões sobre as cadeias produtivas e de suprimentos globais.

Considerações à guisa de conclusão

Neste artigo, a partir de uma breve reflexão conceitual, aponte os elementos que se constituem naquilo que considero como o processo dialético de acomodação interna da economia brasileira aos movimentos da economia-mundo. A esse processo de primazia pela acomodação, destes movimentos gerais, denominei acomodatismo, numa aproximação ao que Aristóteles nos indica “estar em repouso”: uma economia que se desenvolve no tempo-essência de seu subdesenvolvimento-dependente, expressamente subordinado e, portanto, intencionalmente levado a uma espécie de imobilidade, pois que não se move como poderia se mover.

Tal movimento histórico de imobilidade intencional, que se configura numa estrutura de acomodação que reflete o processo de dependência, e de interdependência sistêmica que daí se expressa, se firma em amplo e ofensivo recrudescimento das condições socioeconômicas, culturais e intelectuais de parcela significativa da população brasileira. E expressa, como confirmação histórica, que

na verdade, só podemos entender o que está ocorrendo nos países subdesenvolvidos quando percebemos que se desenvolvem dentro do esquema de um processo de produção e reprodução dependente (...) Ao reproduzir esse sistema produtivo e essas relações internacionais, o desenvolvimento do capitalismo dependente reproduz os fatores que o impedem de alcançar uma situação vantajosa nacional e internacionalmente, e, assim, reproduz o atraso, a miséria e a marginalização social em seu território. (SANTOS, 2011, p. 16)

No momento crítico e ameaçador por que passa a estrutura reprodutiva-acumulativa brasileira, ao que remeto como o problema central a ser enfrentado por sua coletividade (e suas instituições), o esgarçamento de seu tecido social, urge a efervescência de densidade nacional das forças socialistas, numa clara expressão de coesão social, que: 1. vise superar o mecanismo-resposta, aqui apontado, e que expressa as condições reais de (inter)dependência [sistêmica] e subordinada; 2. aponte para um padrão de reprodução que, além de não esgarçar o tecido social existente, em primeiro momento, altere-o substantivamente em seguida e o sustente nos marcos de uma sociedade humanamente viável (no sentido do *ser*, e não da coisa a que o *ser* foi submetido a ser por este processo “sociometabólico autodestrutivo”), socialmente habitável e ecologicamente responsável-mais-que-possível, superando a reprodução social capitalista; e, 3. deflagre expressa ofensiva coletiva socialista à real e efetiva ameaça que o governo de Jair Bolsonaro representa à classe trabalhadora brasileira.

Referências Bibliográficas

- AMARAL, Marisa Silva e CARCANHOLO, Marcelo Dias. Superexploração da força de trabalho e transferência de valor: fundamentos da reprodução do capitalismo dependente. In: FERREIRA, Carla, OSORIO, Jaime e LUCE, Mathias (orgs). *Padrão de reprodução do capital*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- ARISTÓTELES, *Física*. Libro V, Las tres clases de movimiento. El reposo, s/d.
- ARRIGHI, Giovanni. *A ilusão do desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- ARRIGHI, Giovanni. *Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2008.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; NASSIF, André; FEIJÓ, Carmem. A reconstrução da indústria brasileira: a conexão entre o regime macroeconômico e a política industrial. *Revista de Economia Política* 36(3): 493-513, 2016.
- CAMPOLINA, Bernardo. Mudanças na ordem geopolítica internacional e a inserção do Brasil. In: BRANDÃO, Carlos Antônio (Org.). *Teorias e políticas do desenvolvimento latino-*

- americano*. Rio de Janeiro: Contraponto/Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2018.
- CANO, Wilson. (Des)Industrialização e (Sub)Desenvolvimento. *Texto para Discussão* 244, setembro. Campinas: IE/Unicamp, 2014.
- CARCANHOLO, Reinaldo; NAKATANI, Paulo. O capital especulativo parasitário: uma precisão teórica sobre o capital financeiro, característico da globalização. In: GOMES, Helder (Org.). *Especulação e lucros fictícios: formas parasitárias da acumulação contemporânea*. São Paulo: Outras Expressões, 2015.
- CHANG, Ha-Joon. *Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica*. São Paulo: UNESP, 2003.
- CHESNAIS, François. *A finança mundializada*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.
- COSTA, Edmilson. A terceira onda da crise: o capitalismo no olho do furacão – desarticulação monetário-financeira, depressão prolongada e lutas sociais. In: PINHEIRO, Milton (Org.) *A reflexão marxista sobre os impasses do mundo atual*. São Paulo: Outras Expressões, 2012.
- FEYERABEND, Paul. *Contra o método*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.
- FIAN International. Os custos ambientais e humanos no negócio de terras: o caso do MATOPIBA, Brasil. FIAN International, Rede Social de Justiça e Direitos Humanos e Comissão Pastoral da Terra (CPT), jun. 2018.
- FIORI, José Luis. De volta à questão da riqueza de algumas nações. In: FIORI, José Luis. (Org.) *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.
- FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL. *Relatório sobre a estabilidade financeira mundial*. Washington, DC, out. 2019. Disponível em: <https://www.imf.org/pt/Publications/GFSR/Issues/2019/10/01/global-financial-stability-report-october-2019>. Acesso em: 18 de out. 2019.
- FURTADO, Celso. *Criatividade e dependência na civilização industrial*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- FURTADO, Celso. *Raízes do subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.
- KALECKI, Michal. *Selected essays on the dynamics of the capitalist economy – 1933-1970*. Cambridge: University Press. Part III, 1971.
- MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da dependência/Uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini*. Petrópolis, RJ: Vozes; Buenos Aires: CLACSO, 2000.
- MÉSZÁROS, István. *A crise estrutural do capital*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.
- MOREIRA, Marcelo J. The Brazilian Economy in an Accommodative Perspective: An essay on the deepening of dependency. Instituto Superior de Economia e Gestão – CEsa/CSG *Working Papers* n° 170, Lisboa, DOI: 10.4005/16300. <https://ideas.repec.org/p/cav/cavwpp/wp170.html>, 2018.
- MOREIRA, Marcelo J. Digressão: concepção apologética da síntese do subdesenvolvimento-dependente brasileiro. *Revista de Economia da UEG*. Vol. 16, Nº 2, jul/dez. 2020.
- MYRDAL, Gunnar. *Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas*. Rio de Janeiro: Saga, 1972.
- OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à Razão Dualista – O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.
- OSÓRIO, Jaime. Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica. In: FERREIRA, Carla, OSÓRIO, Jaime e LUCE, Mathias (Orgs). *Padrão de reprodução do capital*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- OXFAM INTERNACIONAL. *O vírus da desigualdade: unindo um mundo dilacerado pelo coronavírus por meio de uma economia justa, igualitária e sustentável*. Oxfam Internacional, jan. 2021. Disponível em: www.oxfam.org.br. Acesso em 28 jan. 2021.
- PREBISCH, Raúl. O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas. *Revista Brasileira de Economia* 3 (3): 47-111, set. 1949.

PIKETTY, Thomas. *O Capital no século XXI*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

PINTO, Aníbal. Naturaleza e implicaciones de la “heterogeneidad estructural” de la América Latina. *El trimestre económico*, n. 145, jan-mar. 1970.

RICUPERO, Rubens. Vivemos uma industrialização precoce. *IHU On line – Revista do Instituto Humanitas Unisinos* edição 218, maio. 2007. Disponível em: www.unisinos.br/ihu. Acesso em 21 jun.2007.

SANTOS, Theotônio dos. A estrutura da dependência. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*. 40 anos da teoria da dependência. São Paulo, n. 30, 5-18, 2011.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A Cruel Pedagogia do Vírus*. Coimbra: Edições Almedina, 2020.

WALLERSTEIN, Immanuel. A reestruturação capitalista e o sistema-mundo. In: Gentili, Pablo (Org.) *Globalização excludente: desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial*. Petrópolis: Vozes; Buenos Aires: CLACSO, p. 223-251, 2000.

Artigo recebido em 22/02/2022

Aprovado em 09/08/2022

Como citar esse artigo:

MOREIRA, Marcelo Jose. A Primazia Pela Acomodação Da Economia Brasileira. **Revista de Economia da UEG**. Vol. 17, N.º 2, jul/dez. 2021.